

INFORMATIVO ATI39

ASSESSORIA TÉCNICA INDEPENDENTE 39/NACAB
(NÚCLEO DE ASSESSORIA ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS POR BARRAGENS)



**REASSENTAMENTOS: Antigo
modo de vida deixa saudades.**

P.07

Editorial

Pensando nos Direitos Fundamentais e nos Direitos Humanos, é importante lembrar das lutas e conquistas de várias gerações ao longo da História. Em 1948, foi publicado um dos documentos mais valiosos da ONU (Organização das Nações Unidas): a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Passados 40 anos, em 1988, a Constituição Federal do Brasil foi assinada com os mesmos ideais.

Garantir condições dignas para o ser humano é a função principal do Estado, mas lutar para que as leis não fiquem só no papel é um dever de todos os cidadãos. E é inspirada neste dever e na sua função de orientar, que a ATI39 Nacab, como assessora técnica dos atingidos, traz nesta edição temas que buscam assegurar os direitos humanos e fundamentais das pessoas impactadas pelas atividades minerárias na região de Conceição do Mato Dentro.

Muitos trabalhos da ATI39 Nacab são desenvolvidos de acordo com as demandas apontadas pelas comunidades atingidas. No mês de abril, foi realizado o Intercâmbio, cuja troca de conhecimentos e experiências, trouxe ideias de projetos de geração de renda para aquelas pessoas que tiveram suas atividades tradicionais impactadas.

As ações em defesa dos recursos hídricos demonstram o quanto as comunidades estão preocupadas com o acesso à água, com o futuro do meio ambiente e com a própria sobrevivência. A qualidade de vida dos moradores também

é uma preocupação demonstrada em dados técnicos do Cadastro Socioeconômico que está sendo realizado pela ATI39 Nacab.

Os problemas vividos nos reassentamentos são motivos para novas lutas e para defesa de uma participação, cada vez mais efetiva, das famílias atingidas na construção dos critérios para futuras realocações. Problemas existem e devem ser solucionados.

O Nacab, após anos de trabalhos, adquiriu conhecimentos técnicos muito relevantes em defesa dos direitos das famílias do território. Neste sentido, a continuidade dos serviços prestados pela ATI, em busca da reparação integral das famílias atingidas, é fundamental.

Índice

- 03 Equipe do Nacab reúne-se para discutir o Novo Regramento
- 04 Intercâmbio possibilita troca de conhecimentos entre comunidades atingidas e Associação Taperense
- 06 Comunidade atingida busca soluções para insegurança hídrica e preservação da Biquinha da MG 010
- 07 Reassentamentos: Antigo modo de vida deixa saudades
- 09 Cadastro aponta prejuízos na qualidade de vida das famílias atingidas pela mineração
- 10 Comunidades discutem novos critérios para reassentamentos
- 11 Fala Comunidade - Cabeceira do Turco
- 14 Direitos Fundamentais em defesa da cidadania
- 15 Passatempo

Se você, leitor, tiver alguma sugestão de pauta ou texto para contribuir com a construção do nosso Informativo ATI 39/Nacab, sinta-se a vontade para compartilhar conosco. Juntos, podemos mais!

EXPEDIENTE ATI 39

EDIÇÃO 17 - 2ª ETAPA | ABRIL DE 2023

Produção: Equipe de Comunicação ATI39/Nacab | **Responsável editorial e revisão:** Maria José de Souza

Textos: Patrícia Castanheira | **Diagramação:** Rodrigo Teixeira e Igor Vieira | **Foto de capa:** Patrícia Castanheira | **Tiragem:** 500 exemplares

Acesse todas as edições
do Informativo ATI39/Nacab
através do QR code



@nacabmg

facebook.com/nacabmg

www.nacab.org.br

ati39.secretariaexecutiva@nacab.org.br

Rua Capitão Miguel Safe, 180, Centro - Conceição do Mato Dentro, MG | CEP: 35.860-000
Rua Dâmaso, 55, São Sebastião do Bom Sucesso - Conceição do Mato Dentro, MG | CEP: 35.862-000
Rua Santo Antônio, 30, João Braz - Viçosa, MG | CEP: 36.576-208

Contatos:

Nathalia: (31) 97175-2078 (Conceição do Mato Dentro) | Giovanna: (31) 99618-8637 (Sapo)

Equipe do Nacab reúne-se para discutir o Novo Regulamento

Equipe técnica da ATI39 Nacab realizou reunião geral, no dia 27 de abril, no escritório da comunidade de São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo). O objetivo da reunião foi esclarecer questões relacionadas ao Novo Regulamento das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs), ao aditivo do contrato entre Fundação Israel Pinheiro (FIP) e Nacab, e ao planejamento para possível continuidade dos trabalhos junto às famílias atingidas pelo Projeto Minas-Rio, da Anglo American.

Novo Regulamento

Em março, foi publicado um Termo de Acordo de Mediação entre o Ministério Público de Minas Gerais (MPMG), a Anglo American, e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (Semad). Este Termo trouxe alterações nas regras de gestão das Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) relacionadas à Condicionante 39, da Licença Ambiental do empreendimento Minas-Rio, da Anglo American.

De acordo com este Novo Regulamento, a instituição gerenciadora será excluída do processo na próxima etapa dos trabalhos. Atualmente, a Fundação Israel Pinheiro (FIP) é a instituição que faz a intermediação entre as ATIs e a Anglo American. Com a nova regra, os trabalhos das ATIs serão auditados por empresa contratada pela Anglo e o pagamento, que antes era feito pela FIP, será efetivado direto na conta das ATIs.

Também foi instituído o Comitê de Monitoramento, formado por representantes do Ministério Público, da Anglo American e da Semad. O Comitê deverá acompanhar o regular cumprimento e desenvolvimento das obrigações pactuadas no Novo Regulamento, além de somar esforços para evitar a descontinuidade da prestação dos serviços pelas ATIs.



Fotos: Igor Vieira

A Semad e o MPMG apresentarão, com a participação das ATIs e da Anglo, um Termo de Adesão que poderá ser formalizado para que a ATI39 Nacab e ATI Cáritas, tendo os Planos de Trabalho aprovados, possam dar continuidade aos trabalhos na próxima etapa.

Em caso de alteração de ATI ou inclusão de novas comunidades atingidas, haverá um chamamento público organizado por instituição contratada pela Anglo American e validada pela Semad e MPMG. A instituição responsável pelo chamamento público das ATIs apresentará uma lista de entidades credenciadas (que não precisará ser do terceiro setor) para a Semad e o MPMG validarem. As entidades que atenderem aos critérios serão submetidas à escolha das comunidades e aquela escolhida irá elaborar imediatamente o seu Plano de Trabalho com a participação dos atingidos.

Caberá às comunidades exercerem o controle social das atividades da Assessoria Técnica Independente, do cumprimento das metas e objetivos, e do atendimento às necessidades das comunidades.

Intercâmbio possibilita troca de conhecimentos entre comunidades atingidas e Associação Taperense



Fotos: Patrícia Castanheira

O Intercâmbio realizado, no dia 15 de abril, entre representantes das comunidades de Itapanhoacanga, Taporoco, São José do Arrudas e São José da Ilha, e Associação Comunitária Taperense Caminho da Liberdade, contou com avaliação positiva dos participantes. As comunidades buscam novas oportunidades de produção e negócios que venham gerar renda e garantir o futuro das famílias atingidas pela mineração.

Durante visita à comunidade de Santo Antônio do Norte (Tapera), os atingidos conheceram os projetos desenvolvidos no Centro Cultural Tapera Real, onde também estão instaladas a sede e a loja da Associação. A visita foi conduzida pela coordenadora dos projetos, Vanessa Santos. Ao final, todos participaram de uma roda de conversa com o presidente da Associação, Giordani Ottone, quando puderam esclarecer suas dúvidas, trocar ideias

e conhecer toda história de luta e conquistas da entidade de Tapera.

“Aqui não são só projetos. Estamos sempre de portas abertas para qualquer pessoa que chegar. Gostamos de acolher pessoas, principalmente de baixa renda. Trabalhamos com apoio da Prefeitura de Conceição, da Anglo American, participamos de editais dos governos estadual e federal. No entanto, o período que passamos sem recursos, o Centro não parou, contou com trabalhos voluntários da própria comunidade e doações”, relatou Giordani.

Os visitantes aproveitaram para conhecer Tapera, a Igreja Matriz de Santo Antônio (construída no século XVIII) e o Moinho do João Veio. Eles foram recebidos com um caprichado café da manhã e, no encerramento, um delicioso almoço.

“Gostei muito do Intercâmbio em Tapera. Seria bom se a minha região também tivesse projetos como estes”, disse Luiz Gonzaga dos Santos, de São José de Arrudas.

“Atividades como o Intercâmbio trazem novos conhecimentos, ideias de projetos que podemos desenvolver e também informações sobre nossos direitos. O Nacab está sempre ao nosso lado, nos ensinando. Temos que agradecer”, ressaltou Vladimir Rogério da Silva, de Taporoco.

“O Intercâmbio foi muito bom. As comunidades puderam trocar informações e conhecerem o funcionamento da Associação. A visita trouxe uma reflexão sobre quais ações podemos realizar. Com o apoio da comunidade e do poder público uma associação se fortalece muito”, afirmou Laerte Eustáquio de Figueiredo, presidente da Associação dos Moradores de Itapanhoacanga.

Projetos da Associação Taperense

A Associação Comunitária Taperense Caminho da Liberdade oferece oficinas de Música (percussão, bateria e flauta), Audiovisual (fotografia, produção de áudios e vídeos), Dança e Artesanato. O Centro Cultural Tapera Real abriga a Corporação Musical Retreta Lyra do Santo Antônio, uma biblioteca e uma lan house. Um grupo de mulheres produz biscoitos na sede da Associação, outro fabrica açúcar mascavo, melado e rapadura na área rural.

Recentemente, foram construídas três estufas para produção de hortaliças e plantas medicinais. Outros projetos estão em andamento, como a construção de um galpão que atenderá tanto para os jovens quanto os aposentados da comunidade.

Giordani contou que a Associação foi fundada em 2007 e funcionava na garagem de sua casa. *“Começamos somente com a união da comunidade, os resultados foram aparecendo com o tempo. A nossa primeira participação foi no Projeto Cidadão Nota 10, em Diamantina. Era um projeto de alfabetização de adultos. Para continuarmos, precisávamos fundar uma Associação”,* relatou.



Comunidade atingida busca soluções para insegurança hídrica e preservação da Biquinha da MG 010

Está em andamento a elaboração de uma Nota Técnica sobre duas demandas coletivas apresentadas à ATI39 Nacab pela comunidade Cabeceira do Turco. A primeira se refere às condições de insegurança hídrica ainda enfrentadas pelas famílias da comunidade. Quando a água do poço artesiano não é suficiente para atender as demandas básicas, há uma complementação por caminhão-pipa que, constantemente, abastece o reservatório local. Essa situação traz insegurança aos atingidos, uma vez que a comunidade não tem acesso às análises, tanto da água proveniente do poço quanto dos caminhões-pipa.

Esta incerteza, em obter água de qualidade e em quantidade suficiente, impede o desenvolvimento de atividades tradicionais da comunidade, como a agricultura, a criação de animais, a produção de cachaça, dentre outras.



Foto: Igor Vieira

A segunda demanda surgiu durante momento de reflexão sobre a perda da liberdade dos moradores rurais com o cercamento das propriedades adquiridas pela Anglo e a preocupação com o progressivo secamento de nascentes, córregos e lagoas da região, principalmente após o início das atividades minerárias. Os moradores contam que, antes percorriam todas as áreas livremente, buscavam madeira para subsistência, utilizavam terrenos para lazer e esporte, como pesca e contemplação da natureza.

Neste sentido, a comunidade também solicitou apoio da ATI para a preservação da “Bica do Zé Ribeiro”, atualmente, a única fonte de água pública da região rural. Apesar de estar localizada à margem da MG 010, sua nascente fica em terreno adquirido pela Anglo American. Sendo assim, os moradores não têm acesso à área onde a água nasce e corre, e não sabem se a fonte permanece apta para consumo.

A Biquinha é considerada um patrimônio pelos moradores. Há muitos anos, é utilizada por várias comunidades vizinhas e por quem transita na rodovia. Ela é ponto de parada para ciclistas, cavaleiros, romeiros e caminhoneiros, portanto, fonte de água para beber, lavar o rosto, dentre outras serventias. Seu nome surgiu naturalmente, pois é o nome do antigo proprietário do terreno, Senhor Zé Ribeiro.

Em apoio à comunidade, a ATI39 Nacab realizou pesquisa qualitativa e está elaborando uma Nota Técnica com o objetivo de apontar caminhos para a mitigação de impactos sobre os recursos hídricos remanescentes na comunidade, subsidiar processos de conservação ambiental ou até mesmo de sua patrimonialização. A Nota Técnica será encaminhada aos órgãos competentes e à Anglo American.

Reassentamentos: Antigo modo de vida deixa saudades

Fotos: Patrícia Castanheira



Terrenos do reassentamento rural Simão Lavrinha (Congonhas do Norte)

É fato que as famílias reassentadas pela Anglo American em Piraquara, Simão Lavrinha, Jardim Bouganville e Fazenda Tambu tiveram seus modos de vida comprometidos ao saírem de suas comunidades de origem. Os problemas vivenciados nos reassentamentos são acentuados, a cada ano, devido à falta de ações, por parte da mineradora, que venham, por certo, solucioná-los.

Há mais de 10 anos, várias famílias de Água Santa (onde hoje está localizada a barragem principal de rejeito) foram reassentadas na Fazenda Tambu. Este foi um dos primeiros reassentamentos de Conceição do Mato Dentro e região. Na época, as famílias precisaram apresentar documentos de suas terras e outros documentos para que a Anglo providenciasse a realocação para a Fazenda. Além dos incalculáveis danos causados com a mudança de famílias inteiras de um lugar de antiga ocupação para outras terras, estas famílias não

conseguiram, até hoje, a titularidade de suas novas propriedades.

Com o decorrer dos anos, esta realidade foi se multiplicando nos reassentamentos rurais Piraquara e Simão Lavrinha, e no bairro Jardim Bouganville. As histórias são muitas e variadas, todas tristes. São situações que provocam reflexões em relação ao cumprimento dos direitos fundamentais e dos direitos humanos.

As casas do bairro Jardim Bouganville, construídas pela Anglo, estão localizadas entre a Villa São Francisco e o aeroporto Magalhães Pinto, em Conceição do Mato Dentro. No bairro, residem famílias atingidas de diversas localidades rurais e também funcionários da mineradora.

Para as famílias acostumadas a viverem no campo, sem espaço limitado e com área para produção agrícola e/ou criação de animais

para subsistência, o bairro não atendeu às suas expectativas. As ruas são movimentadas para as crianças brincarem, as casas não têm fogão à lenha e as contas de luz e de água encareceram. É um estilo de vida bem diferente daquele na área rural.

Em Simão Lavrinha, estão reassentadas 18 famílias. Um dos maiores problemas enfrentados pelos moradores é a distância dos centros urbanos. O reassentamento fica no município de Congonhas do Norte, a 37 km de Conceição do Mato Dentro. Devido a esta realidade, eles têm dificuldades para escoarem os produtos e acabam produzindo apenas para consumo próprio.

Os moradores deste reassentamento também relatam as dificuldades para conseguirem empregos. De acordo com eles, a oferta de empregos em Congonhas do Norte é baixa e a distância de outras localidades inviabiliza as oportunidades. São poucas as opções de transporte e os custos são altos. As crianças

de Simão Lavrinha precisam caminhar, diariamente, um longo trecho de estrada até o ponto do ônibus escolar que passa na rodovia.

Em Piraquara, 14 famílias dependem do abastecimento de água realizado pela Anglo e não têm informações sobre a outorga dos poços artesianos e sobre a qualidade da água que estão consumindo. *“As pessoas atingidas ficam reféns desta condição e isso impede, muitas vezes por medo, a reivindicação de outros direitos”*, ressaltou a Coordenadora Territorial da ATI39 Nacab, Fernanda Lima.

Os reassentados sentem saudade dos momentos de lazer e encontros culturais comuns nas comunidades de origem. Em todos os reassentamentos foram identificados, por técnicos da ATI, casos de desequilíbrio da saúde física e mental. E até o momento, nenhuma das famílias possui documentação que garanta a propriedade dos imóveis para onde foram realocadas.



O Sapo é uma das comunidades de origem das famílias reassentadas.



Jardim Bouganville, em Conceição do Mato Dentro, recebeu famílias de várias localidades rurais.

Cadastro aponta prejuízos na qualidade de vida das famílias atingidas pela mineração

Com o objetivo de apresentar um retrato da realidade das comunidades atingidas pelo Projeto Minas-Rio, da Anglo American, e as principais transformações socioambientais, socioeconômicas, socioculturais e psicossociais, a ATI 39 Nacab realiza cadastro, tipo censo, em dez comunidades de sua atuação: São Sebastião do Bom Sucesso (Sapo), Beco, Turco, Cabeceira do Turco, Água Quente, Passa Sete, São José do Jassém, São José da Ilha, São José do Arrudas e Taporoco. Em Itapanhoacanga, a análise será realizada por meio de informações já disponíveis, como os dados da Condicionante 47 e a relação de demandas acolhidas pela ATI no decorrer de suas atividades.

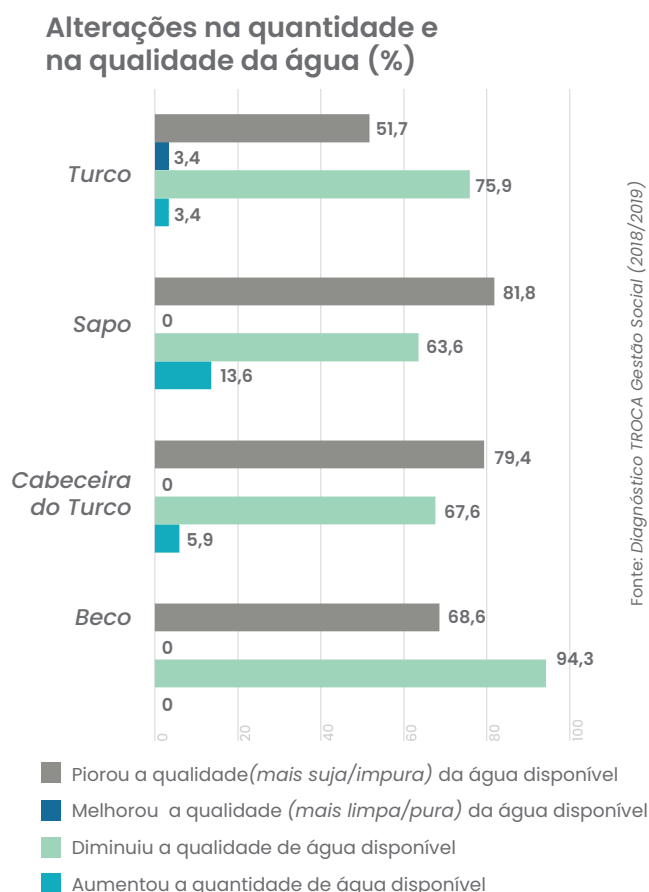
Os trabalhos tiveram início em 2022 e ainda estão em andamento. No entanto, os dados levantados na maioria das comunidades já foram sistematizados e analisados. Os estudos revelam perceptíveis prejuízos aos direitos humanos e fundamentais, e aos modos de vida em todas as comunidades pesquisadas. Estes prejuízos estão relacionados aos impactos causados pelas atividades minerárias da Anglo.

Comparando as análises do cadastro, muitos impactos comuns foram evidenciados nas comunidades, como exemplos, a insegurança hídrica, a poluição do ar e a poluição sonora. O secamento gradativo das nascentes e cursos d'água, devido à exploração minerária, é um dos problemas associados à água. Antes, cada comunidade possuía sua própria fonte. Hoje, as famílias dependem de poços artesianos individuais ou coletivos, ou ainda do abastecimento por caminhão-pipa realizado pela Anglo. Além do acesso restrito à água, as comunidades não têm informações sobre a qualidade da água que chega para consumo.

Estes impactos nos recursos hídricos geram novos danos, como a insegurança alimentar e

econômica das famílias. Sem água, a produção agrícola e a criação de animais para subsistência ficaram comprometidas. O esvaziamento das comunidades também dificulta os negócios locais. Do total de moradias visitadas pela equipe da ATI, mais de 20% estão descaracterizadas devido à realocação de famílias das comunidades.

As análises dos dados demonstram um acúmulo de impactos que abrangem todas as áreas em estudo, inclusive, a da Saúde. Foram evidenciados processos de adoecimento, sobretudo mental. Esta realidade se agrava, quando são analisados os dados das comunidades que estão localizadas à jusante da barragem de rejeito. A desconfiança em relação aos comunicados da Anglo e a falta de conhecimento sobre o empreendimento, reforçam o medo e a insegurança.



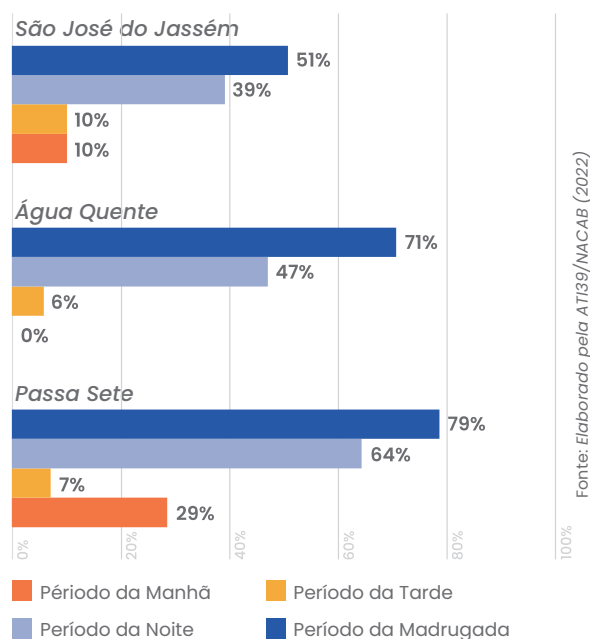
Tratam-se de comunidades predominantemente não-brancas, com presença de responsáveis familiares mulheres, de baixa escolaridade e renda média, o que deve ser levado em conta enquanto fatores de vulnerabilização e situação de pobreza.

Em relação às questões socioculturais, as análises comprovam um histórico de ocupação dos territórios de longa duração, com forte relação de parentesco, laços de vizinhança, reforçados pela solidariedade social. No entanto, a dispersão das famílias para outras localidades prejudicou a permanência das atividades tradicionais e culturais das comunidades, como as festas religiosas e os modos de produção.

O cadastro socioeconômico que está sendo realizado pela ATI, além de apontar os reais impactos sofridos pelas comunidades atingidas, irá trazer recomendações e propostas para a

Anglo American e outras instituições envolvidas no processo de reparação dos danos causados pelas atividades minerárias na região.

Ruídos - período de maior incômodo



Comunidades discutem novos critérios para reassentamentos

Em abril, a ATI 39 Nacab realizou reuniões nas comunidades Passa Sete, Água Quente e São José do Jassém com os objetivos de esclarecer dúvidas, transmitir informações atualizadas e discutir com as pessoas atingidas novos critérios para possível saída das comunidades, de acordo com o andamento da Ação Civil Pública (ACP) do reassentamento.

Durante reuniões virtuais, representantes das comunidades Água Quente e Passa Sete levantaram críticas aos atuais reassentamentos e ao Programa de Negociação Opcional (PNO). Em manifestação, a Anglo cita que estas comunidades já são contempladas com o PNO, no entanto, muitas famílias não concordam com o Programa e por isso não aderiram a ele. Ainda nas reuniões, com apoio da ATI39 Nacab, foram construídos ofícios apontando os motivos pelos quais as comunidades devem permanecer no processo judicial. Os ofícios foram protocolados na Promotoria de Justiça de Conceição do Mato Dentro.



As reuniões de abril também tiveram o propósito de preparar os representantes das comunidades, que estão localizadas em área de autossalvamento, para participarem da Audiência de Conciliação entre o Ministério Público de Minas Gerais e a Anglo American, que ocorreu no dia 04 de maio.

Como encaminhamento da Audiência, ficou decidido que o Ministério Público apresentará, com apoio da ATI39 Nacab, um Plano de Reassentamento para as comunidades. Este Plano será avaliado pela Anglo e, posteriormente, o Ministério Público se manifestará novamente no processo. Havendo acordo, o Plano de Reassentamento será homologado judicialmente.

Fala Comunidade - Cabeceira do Turco

Fotos: Patrícia Castanheira



*Casal mostra, com orgulho, o plantio de feijão.
< Vista de parte da comunidade Cabeceira do Turco.*

Este mês, quem nos contou um pouco da história de sua comunidade foi o casal, Dona Rosa (Rosa Maria de Jesus Silva) e o Senhor Raimundo (Raimundo Tereza da Silva). Pelo que eles lembram, a comunidade Cabeceira do Turco tem bem mais de cem anos, pois seus filhos são a quarta geração na comunidade.

“Os antigos contam que somos descendentes de caboclos e índios. Me lembro quando as casas eram todas construídas de pau a pique, feitas de barro e braúna. Nossos pais produziam de tudo: arroz, feijão, mandioca, milho, amendoim, farinhas, queijos...dinheiro mesmo, a gente quase não usava. A gente comprava somente o que não produzia e era muito pouco, um sal, um fósforo, uma roupa de vez em quando. Óleo de cozinha fui conhecer tarde...a gente criava uns porquinhos e cozinhava com a gordura”, disse Dona Rosa.

Senhor Raimundo completou as lembranças de Dona Rosa: *“Nesta época, quase não falávamos em dinheiro. Era tudo a base da troca, até de mão de obra. Um dia meu pai ajudava o vizinho, outro dia o vizinho nos ajudava. A vida era simples, mas de muita*

fartura. Meu pai nunca trabalhou fora, criou todos os filhos a poder de planta.

Nós estudamos no Sapo (São Sebastião do Bom Sucesso) e nossos filhos também. A gente ia andando em grupo, é bem pertinho daqui. O Sapo era nossa referência para tudo. Lá participávamos de festas e comprávamos o que faltava. Tinha um mercado bom lá. Meu avô até ajudou a tirar os esteios de braúna em Água Limpa para construir a Igreja”.

A agricultura familiar sempre foi uma importante fonte para subsistência em Cabeceira do Turco. As famílias plantavam para consumo próprio ou como meeiras em propriedades do entorno. Algumas pessoas trabalhavam nas fazendas em várias atividades agropecuárias.

Cabeceira do Turco está localizada à margem esquerda da Rodovia MG-010. Apesar de não ter um núcleo, pois as casas ficam dispersas, a comunidade já foi bem mais movimentada. Nos últimos anos, muitas famílias foram realocadas pela Anglo American.



Fotos: Patrícia Castanheira

Raimundo Tereza da Silva e Rosa Maria de Jesus Silva são produtores rurais e moradores da comunidade rural Cabeceira do Turco.

ATI39 Nacab: Como é a vida em Cabeceira do Turco?

Sempre moramos aqui. Nossa vida já foi muito boa. Tínhamos uma vida normal, digna. Tínhamos muitos amigos, um comércio bom, participávamos de forrós, reuníamos para cantar...hoje vivemos solitários. O pessoal daqui sameou, foram reassentados em outros lugares.

ATI39 Nacab: E a família se sente bem aqui?

A gente gosta deste lugar. Aqui moraram nossos avós, nossos pais e criamos nossos filhos. Hoje nossos patrimônios acabaram. A Serra da Ferrugem, por exemplo, era linda! Agora só tem a carcaça dela. A gente levava três horas para

subir o pico. No caminho, a gente parava, fazia piquenique, conversava....e quando chegava lá no alto, a paisagem era muito bonita. A gente via de longe a torre da Igreja de Bom Jesus do Matozinho. Hoje colocaram este tanto de placa aqui, é ponto de encontro, é área de risco, é rota de fuga, sirene é pra gente correr. Aqui fica perto de dois diques e onde tem barragem de água, tem perigo. Não sentimos segurança.

ATI39 Nacab: Os senhores têm problemas com água na propriedade?

Sim. Nossa água hoje está sob o domínio da Anglo. Eles colocaram o poço artesiano para funcionar tem uma semana. Antes abasteciam com caminhão-pipa. A gente não sabe se a água tem qualidade. Colocaram um filtro na caixa, mas ele não segura, por exemplo, o manganês. Então não adiantou. Antes da mineração, a gente tomava água direto da mina, isso é de muitos anos... tínhamos segurança. Hoje, com a mineração, os córregos estão com pouca água e com uma cor diferente. Sempre criamos peixes aqui, eles cresciam bem, dava até gosto

de ver. Agora não crescem porque não estão gostando da água. Peixe gosta de água limpa.

ATI39 Nacab: O que os senhores pensam para o futuro?

A situação nossa aqui está difícil, se ficar o bicho pega e se correr o bicho pega também. A gente não sabe o que pode acontecer se ficar aqui. Ao mesmo tempo, muitas famílias já saíram daqui e o local está ficando cada vez mais vazio.

ATI39 Nacab: Pretendem mudar daqui?

Se for para mudar, que não seja para pior. Não queremos sair do purgatório e ir para o inferno. O PNO não tem outra opção, a conversa deles é só Simão Lavrinha ou Jardim Bouganville. A Anglo não valoriza a nossa história, os anos que a gente mora no lugar. Simão Lavrinha fica em

outro município e nos resolvemos nossas coisas é aqui. Lá é muito longe e não vamos deixar de ser conceicionenses. Jardim Bouganville é área urbana. Estamos olhando propriedades para uma possível compra, mas quem tem igual a nossa não quer vender. Achamos uma propriedade bem inferior à nossa, mas o preço que pediram é alto, não vale.

ATI39 Nacab: Os senhores sentem algum outro impacto?

Sim. Sofremos aqui também com a poeira. Tem dia que a gente olha para Serra e ela está toda enfumaçada. Quando venta muito, as folhas das bananeiras ficam brilhando. A gente vai respirando esta poeira e, sem perceber, adoecendo. O barulho também aumentou.



A diversidade de plantio demonstra o bom aproveitamento da propriedade.

Direitos Fundamentais em defesa da cidadania

Todos os cidadãos precisam conhecer, entender e refletir sobre os Direitos Fundamentais instituídos na Constituição Federal de 1988. Estes Direitos são importantes instrumentos em defesa da cidadania e fundamentais para a dignidade de qualquer pessoa. Este conjunto de direitos é vasto e abrange, entre outros, o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à educação, à saúde, à alimentação, à moradia, entre outros.

Abaixo, estão relacionados conceitos de alguns dos Direitos Fundamentais:

Direito à vida - Consiste no direito de lutar pelo viver, de defender a própria vida e de permanecer vivo.

Direito à alimentação - é o direito à alimentação saudável, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Este direito possui dois aspectos inseparáveis: a ausência de fome e da desnutrição, e a alimentação adequada. A adequação se refere à segurança do alimento (sem contaminação), à qualidade, à diversidade, à sustentabilidade das práticas produtivas agroecológicas e ao respeito às culturas alimentares.

Direito à moradia - é o direito que todos têm de ocupar um lugar de modo permanente, em condições dignas e adequadas de higiene, e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar.

Direito à liberdade - todos os homens nascem livres e a liberdade é a possibilidade de agir segundo as próprias convicções e opções, locomover-se sem limitações. A Constituição também garante a liberdade de consciência e de crença religiosa.

Direito à saúde - é um direito social que todos têm de forma individual ou coletiva. Visa promover, proteger e recuperar o bem-estar



físico, mental e social da pessoa. É um serviço público a ser ofertado pelo Estado, por meio de ações sociais e/ou econômicas que devem ser, em primeiro lugar, voltadas à prevenção.

Direito à educação - é o direito que todos têm a um processo de pleno desenvolvimento individual, voltado para a boa formação moral, física, espiritual e intelectual, para o exercício da cidadania e aptidão para o trabalho. É dever do Estado, da família e da sociedade assegurá-lo, podendo a iniciativa privada atuar no setor educacional de forma secundária.

Sociedade livre, justa e solidária

- Livre é aquela sociedade em que os seus membros estabelecem as regras necessárias à convivência social, por meio de seus representantes.
- A sociedade é justa quando essas normas não discriminam seus membros, em razão de origem, etnia, orientação sexual, convicção religiosa ou filosófica.
- Solidária é uma sociedade em que seus membros contribuem para a satisfação do próximo.

Fontes:

<https://www.mppi.mp.br/internet/wp-content/uploads/2020/08/Cartilha-da-Cidadania-Projeto-IssoeDireitoHumano-2.pdf>

[https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File Cartilha/CARTILHADIREITOSHUMANOSDIGITAL.pdf](https://www.defensoriapublica.pr.def.br/sites/default/arquivos_restritos/files/migrados/File%20Cartilha%20CARTILHADIREITOSHUMANOSDIGITAL.pdf)

Passatempo

CAÇA-PALAVRAS

DIREITOS HUMANOS

As palavras deste caça-palavras estão escondidas na horizontal, vertical e diagonal, sem palavras ao contrário.

V I N A V O N I E E R E A H L R I L
D O O R I E E R I U A L E I A D T E
A S A Ú D E S D R D N S B N L S Y H
E N S E A A I I U G O E T O S I E R
R M E E E A O U H C R N I H F L I S
S O L I D A R I E D A D E E O Y N C
N R J U S T I Ç A D H Ç T O T A U N
I A U I R G G D P M O U ã H D S H T
H D D W N E E E R T S N E O N K A Y
T I N O T B E F U O T O E N C A N N
S A L I M E N T A Ç ã O E P S O H D
Y E F S H P Y O R H E O W G O O H E

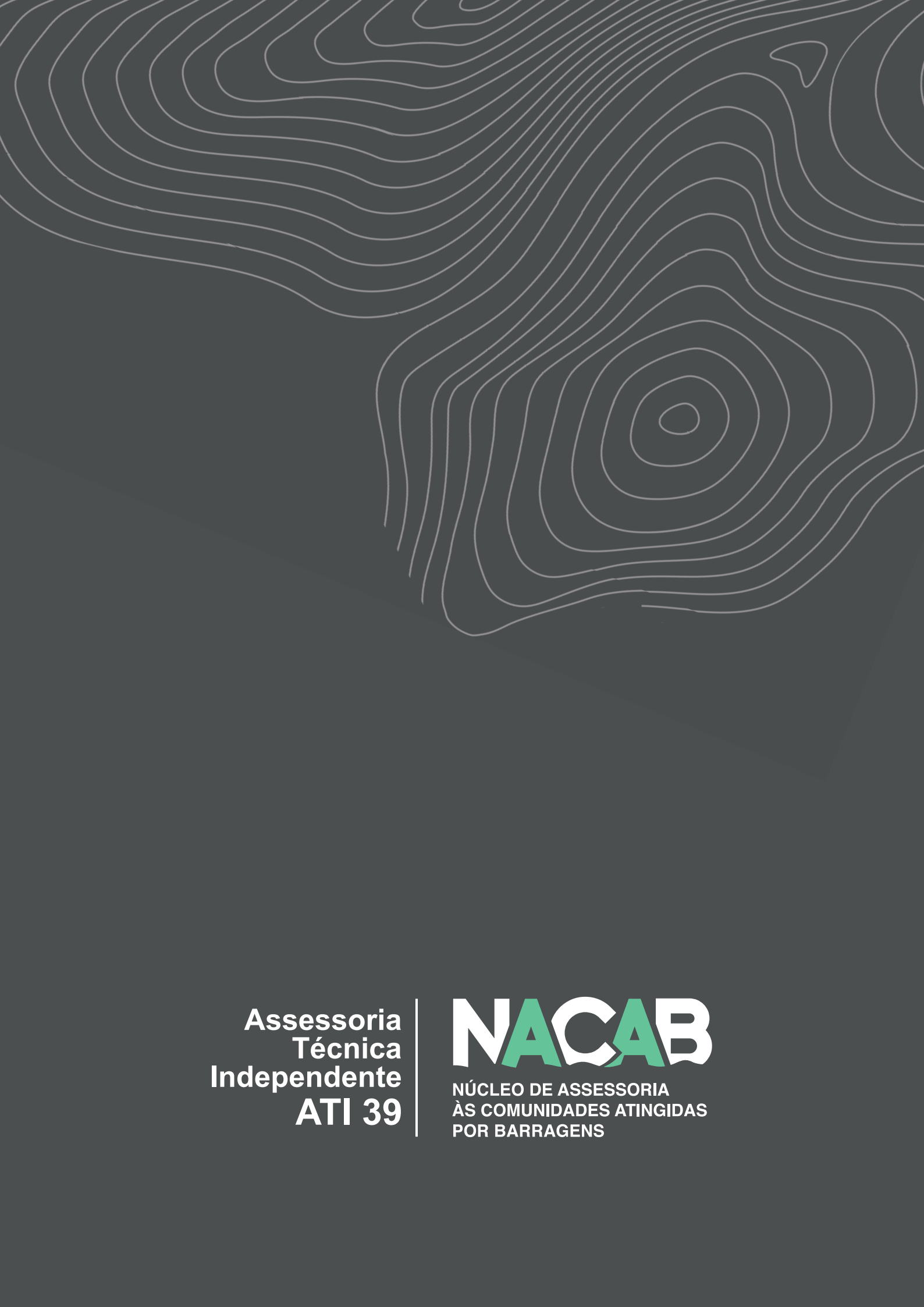
ALIMENTAÇÃO
EDUCAÇÃO
JUSTIÇA
MORADIA
SAÚDE
SOLIDARIEDADE
VIDA

V I E
S A Ú D E D U C
M S O L I D A R I E D A D E
R J U S T I Ç A C
A A I
D I
O
A L I M E N T A Ç Ã O

JOGO DO LABIRINTO

Às vezes, muitos de nós ficamos perdidos, com dúvidas. Até parece que estamos num labirinto sem saída, não é mesmo? Nossos direitos são muitos, mas nem sempre sabemos quais são e como acessá-los. Ajude a família a atravessar o labirinto e encontrar sua moradia, escola e serviços de saúde.





**Assessoria
Técnica
Independente
ATI 39**

NACAB

**NÚCLEO DE ASSESSORIA
ÀS COMUNIDADES ATINGIDAS
POR BARRAGENS**